

# Convergência em Meio Rural e Ecologia Urbana

por André Vizinho

Engenheiro de Ambiente especializado em Economia Regional e Desenvolvimento Local. Formador em Permacultura. Coordenador e Gestor de Projecto no Centro de Convergência, GAIA Alentejo.  
Email: [andrevizinho@gaia.org.pt](mailto:andrevizinho@gaia.org.pt) Site: [www.centrodeconvergencia.org](http://www.centrodeconvergencia.org)

## Pequena introdução ao pensamento sistémico

Felizmente, a preservação do ambiente é hoje em dia uma preocupação generalizada da nossa sociedade, como se pode notar pelo grande aumento de importância dado nos media a este assunto. Sucede, porém, que os problemas ambientais são frequentemente analisados de forma demasiado sectorial deixando para trás a compreensão das causas mais profundas do desequilíbrio ambiental das nossas cidades e regiões.

O pensamento sistémico ou holístico significa analisar os problemas na óptica da compreensão do Sistema: como ele funciona? quais são os elementos que o compõem ? (considerando como exemplo o sistema de uma quinta, os elementos serão a casa, as pessoas, os animais, as árvores, as fontes de água, o composto, etc.) Quais as relações entre os elementos? Quais as funções dos elementos no sistema? O que entra e sai do sistema? O que entra e sai (input - output) de cada elemento do sistema?

Quanto mais complexo for o sistema maior e mais evoluídas são as relações entre os elementos do sistema. O que significa que ao introduzirmos uma alteração num elemento do sistema estaremos a influenciar de forma mais ou menos intensa todo o sistema.

Pensando de forma sistémica podemos assim integrar as questões da economia, da ecologia e da coesão social numa análise apenas: a análise do equilíbrio e *sustentabilidade* do sistema. Este sistema pode ser um ecossistema e em última análise pode ser o planeta Terra.

Começemos por um exemplo simples: todos os dias centenas de milhares de cidadãos deslocam-se em movimentos pendulares de casa para o trabalho, percorrendo dezenas de quilómetros no seu automóvel individual. Este facto tem um enorme impacto ambiental conhecido e normalmente pensamos num remédio para este problema: andar de transportes públicos ou partilhar o carro. Para as empresas a solução passa por encher mais os camiões de transporte de mercadorias para aumentar a eficiência do transporte, centralizar as mercadorias e usar centros de distribuição de produtos (os hipermercados) para diminuir os gastos em combustível e emissões de CO<sub>2</sub>.

Não pensamos, porém, que se a cidade e o trabalho estiverem descentralizados em núcleos poderemos também trabalhar nestes núcleos ou pequenas cidades organizadas de forma a acomodar os interesses mais frequentes das populações. E se a produção de bens for feita mais ao nível regional, em torno destes núcleos, então também o transporte não tem de ser tão longo não necessitando de tanta centralização nem ao nível do transporte nem ao nível da distribuição.

Concluindo, raramente nos questionamos se a centralização em grandes metrópoles tem, de facto, efeitos positivos na economia, ecologia e coesão social das regiões envolventes. Ao questionar-mo-nos

sobre a centralização nas cidades vamos então pensar sobre as regiões envolventes e o meio rural. Novas questões surgirão e algumas experiências são necessárias. Vejamos então.

## **Sobre a Ecologia Urbana**

### **Pergunta: Uma cidade pode ser sustentável?**

As resposta depende se utilizamos o conceito de sustentabilidade forte ou fraca. No conceito de sustentabilidade forte, o não comprometimento das gerações futuras implica deixar a mesma qualidade e quantidade de recursos naturais para as próximas gerações, visto que estes não são substituíveis por capital ou energia.

Qualquer cidade depende da sua região envolvente ou de outras regiões que suprimam as suas necessidades. Fazendo uma breve análise qualitativa de input-output verificamos que a cidade necessita de mas não produz as quantidades que consome de alimento, água, energia. Por outro lado, exporta resíduos urbanos e industriais, águas residuais, poluentes atmosféricos, mas também conhecimento, serviços, e transformação sobre os produtos com o consequente valor acrescentado para os seres humanos.

Se a sustentabilidade depende do nível de exploração e regeneração dos recursos naturais, então a sustentabilidade da cidade depende da ou das regiões que a fornecem de matérias primas, energia, água, alimento. Por esta mesma razão, não faz sentido equacionar a sustentabilidade de uma cidade mas sim a sustentabilidade de uma região. Se uma grande cidade está dependente de um grande número de regiões de onde importa matérias primas então resultado é uma análise complexa com um número incomensurável de variáveis independentes e dependentes.

A análise da sustentabilidade deve ser feita, então, ao nível da região ou ao nível da unidade de paisagem para, assim, podermos estudar a região como um sistema. Desta forma é possível identificar os elementos do sistema, estudar as suas relações e as suas funções. Ao mesmo tempo, efectuando uma análise *input output* pode-se compreender o que entra e o que sai, o que é necessário e o que é expelido como poluição ou desperdício, a energia necessária e a que se produz, os alimentos necessários e os que se produzem, o que se exporta e o que ganha. Podemos dizer se a região é sustentável ou não, ou seja, podemos dizer se a região está equilibrada na relação de input-output e se está ou não a comprometer os recursos das gerações vindouras.

Num sistema natural não há desperdício e todos os elementos funcionam em ciclo. Num ecossistema com a presença humana podemos aproximar-nos do funcionamento em ciclo, especializando moderadamente apenas uma parte da produção para permitir a exportação entre regiões, dentro dos limites estabelecidos pela capacidade de carga e regeneração dos ecossistemas. A maior parte da produção dos bens mais necessários deve porém ser feita ao nível da região para permitir a sustentabilidade de todo o Planeta e da própria região.

As cidades não são sustentáveis porque exploram os recursos de outras regiões. As regiões que contêm as cidades podem e devem ser sustentáveis!

## **Pergunta: Qual o tamanho ideal de uma zona urbana e de uma região?**

Faz sentido perguntar qual deve ser o tamanho de uma zona urbana em função do tamanho e das características de uma dada região. Não podemos alterar o tamanho de uma região pois a sua definição é frequentemente uma evolução histórica e cultural, resultante da adaptação humana ao meio natural envolvente (disponibilidade de água, relevo, clima, etc). Podemos, porém, planejar e dimensionar as zonas urbanas de acordo com a forma como vivemos e utilizamos os recursos naturais existentes.

Hoje torna-se cada vez mais confuso usar o conceito de meio rural e de cidade visto que há inúmeras populações inseridas no espaço rural, em que tipicamente o trabalho agrícola possui uma importância elevada mas estas populações, por outro lado, habitam zonas urbanas, vilas ou pequenas cidades, onde existem as infraestruturas e serviços característicos da urbe. Nas zonas de fronteira onde se encontram num mesmo local a cidade e o campo sugere-se a experimentação de um quotidiano mais próximo da natureza com as vantagens da cidade.

Simultaneamente, a proximidade possibilita uma gestão mais cuidada e responsável dos recursos naturais o que promove a responsabilização das populações sobre os impactos ambientais (basta lembrar o típico efeito *nimby* – *not in my back yard* – *não no meu quintal* verificado sempre que se pretende construir um aterro sanitário ou uma estação de co-incineração de Resíduos Industriais Perigosos, por exemplo) e sobre a gestão dos *seus* recursos naturais.

Não existe um tamanho ideal para uma zona urbana. Este depende da região e das suas características. Sabemos, no entanto, que as grandes metrópoles não são o tamanho ideal. Elas resultam do êxodo rural que é causado em grande parte pelas políticas agrícolas internacionais que incentivam a especialização das produções agrícolas para redução de custos e para promover as exportações entre regiões e a centralização dos lucros. Este fenómeno vem por si mesmo satisfazer a necessidade de consumo das grandes metrópoles que simultaneamente ganham população em todos os continentes.

As grandes metrópoles consomem enormes quantidades de variadíssimos recursos provenientes de uma infinidade de regiões do mundo. As regiões que as envolvem não têm capacidade de satisfazer as necessidades básicas dos seus habitantes o que origina um consequente aumento na procura dos bens primários no mercado das exportações internacionais.

Esta incompatibilidade das grandes metrópoles com o desenvolvimento sustentável levanta a pergunta de qual o tamanho ideal das zonas urbanas. Fará sentido voltar a popular o espaço rural em aldeias ou em vilas por este país fora?

## **Convergência em Meio Rural**

### **Pergunta: Porquê a convergência em meio rural?**

Se a sustentabilidade de uma cidade está ligada à sustentabilidade das regiões de que depende, então a construção de uma sustentabilidade forte numa perspectiva holística é um trabalho verdadeiramente complexo, lento, de difícil avaliação e verificação dos resultados.

Se a insustentabilidade das grandes cidades incentiva a procurar soluções de vida em meio rural, porque

procura-las apenas na cidade e não numa aldeia? Trabalhar com uma aldeia e a sua envolvente é um projecto mais realista para um pequeno grupo de pessoas de várias disciplinas que pretendem trabalhar para a sustentabilidade numa perspectiva holística. Ainda assim é um projecto mais ambicioso e complexo do que a construção de uma quinta ecológica (já de si bastante complexo), Mas mais simples e atingível que a sustentabilidade de uma pequena cidade com as suas várias regiões envolventes.

### **Pergunta: Porquê o Centro de Convergência na Aldeia das Amoreiras?**

O Centro de Convergência surgiu assim na Aldeia das Amoreiras, no interior do concelho de Odemira, para experimentar como é possível viver de forma sustentável, actualmente, numa aldeia do interior de Portugal. Estabelecer uma ponte entre a cidade e o campo e constituir-se como um centro de estímulo ao desenvolvimento sustentável (ou decrescimento sustentável); combater a desertificação dos solos e o abandono rural; promover a exploração sustentável dos recursos naturais; promover o envolvimento da população na criação de uma “aldeia” sustentável; usar a arte comunitária como motor para o desenvolvimento; investigar o património natural e dá-lo a conhecer aos turistas visitantes; incentivar a participação de todos os interessados no desenvolvimento de uma aldeia do Alentejo: estes são os objectivos do Centro de Convergência na Aldeia das Amoreiras.

### **Pergunta: O que faz o Centro de Convergência?**

Este projecto iniciou-se em 2006 tendo merecido desde logo o reconhecimento da sua importância por parte do Ministério do Ambiente, tornando-se um projecto aprovado para o Mecenato Ambiental. Em 2007 foi criado o Centro Social da Aldeia das Amoreiras, com o apoio da Câmara Municipal de Odemira e Junta de Freguesia de São Martinho das Amoreiras.

É a partir deste espaço multifuncional que o Centro de Convergência tem realizado grande parte do seu trabalho e oferecido à população (nacional e estrangeira) variadíssimas oportunidades e actividades como: acesso gratuito à Internet e uso de computadores; biblioteca com mais de 1000 títulos; actividades lúdico-pedagógicas para as crianças; acompanhamento de estudos para as crianças e estudantes do RVCC (reconhecimento de competências); exposição artística mensal; programa semanal de cinema gratuito; recolha de óleos usados; aulas de alfabetização; aulas de português para estrangeiros e informática.

Aos fins de semana, o Centro Social acolhe e promove variados cursos, oficinas e acontecimentos culturais oferecidos por artistas, formadores, cientistas, malabaristas e vigaristas de todo o mundo, conseguindo proporcionar à Aldeia das Amoreiras um programa cultural e uma oferta de formação únicos.

Os serviços do Centro de Convergência incluem: cursos de Português para estrangeiros e informática; envio de voluntários para a Europa durante 2 a 12 meses com tudo pago (Serviço Voluntário Europeu); serviços de design e fotografia; construção de casas de banho ecológicas; consultoria em Permacultura; passeios turísticos de interpretação ambiental; visitas de estudo para escolas; investigação e divulgação do património natural local; melhoramento dos espaços envolventes da aldeia; realização de pinturas murais a fresco em espaços públicos.

O projecto mais emblemático até hoje foram as pinturas murais de banda desenhada a fresco realizadas por Sara Serrão que trouxeram a televisão à Aldeia e deram origem à publicação de um livro “Os Frescos das Aldeias das Amoreiras” disponível nas livrarias. Presentemente está a decorrer na Aldeia uma pintura mural para e com as crianças coordenada pelo pintor Bernardo Rodrigues.

### **Pergunta: Qual a aprendizagem desta experiência piloto?**

Mais do que discutir as questões gerais do desenvolvimento local em regiões de baixa densidade populacional, interessa, no âmbito desta apresentação, discutir a aprendizagem feita por este projecto concreto de desenvolvimento local com pretensões holísticas.

Esta aprendizagem resulta de uma avaliação contínua dos projectos e actividades desenvolvidos dentro do Centro de Convergência, bem como da própria inserção na comunidade dos activistas e colaboradores do Centro. Ao vivermos no seio da comunidade integramo-nos, conhecemos melhor os problemas da população e experienciamos-os também.

Isto significa pois, que o sucesso desta iniciativa só é possível se as necessidades pessoais e profissionais dos colaboradores *convergentes* forem também satisfeitas. Ou seja, sendo os colaboradores do Centro de Convergência provenientes, na sua maioria, de grandes zonas urbanas, a qualidade de vida na Aldeia das Amoreiras tem de importar alguma cultura urbana para satisfazer alguns hábitos urbanos e atrair mais jovens e visitantes da cidade para a Aldeia das Amoreiras.

Alguns reflexos desta importação notam-se claramente no programa de actividades do Centro de Social da Aldeia das Amoreiras como, por exemplo, o cinema documental às quintas-feiras, o jogo às segundas, a exposição de arte contemporânea (por vezes também é de arte local), entre outros. Temos constatado que esta prática e a nossa própria presença na Aldeia constitui uma boa ponte de comunicação e encontro entre a comunidade emigrante residente na zona e a população da Aldeia.

Algumas das coisas que as pessoas mais gostam da vivência na Aldeia das Amoreiras foram identificadas através de um inquérito feito na aldeia em agosto de 2008: proximidade entre as pessoas e à família e amigos; segurança; calma; bom ambiente natural e espaços verdes; Centro Social da Aldeia (criado pelo CC); Lavadouro da Aldeia (onde foram feitas as pinturas murais a fresco em Banda Desenhada pelo CC); festas; capela; abundância de assuntos e lugares para explorar e descobrir.

Quando perguntamos o que faz mais falta na Aldeias as respostas são: união entre as pessoas; médico e farmácia; ruas arranjadas; mais habitantes novos; postos de trabalho (carência maior para as mulheres); parque infantil; mercado/prça/mercearia; correios; casas para alugar.

### **Pergunta: É possível desenvolver satisfatoriamente a economia de uma Aldeia?**

O desenvolvimento económico depende claramente da capacidade individual das pessoas da região para aproveitar as oportunidades existentes (formação, confiança, gosto pelo risco, seriedade, etc.). Depende também claramente dos recursos naturais (estado de conservação/degradação, estabilidade climática, disponibilidade, etc.). Depende fortemente da capacidade de investimento que nesta região é claramente

deficiente.

Uma das grandes barreiras ao desenvolvimento são as imposições legais nacionais e comunitárias ao início de actividade. Estas vão desde os regulamentos de higiene e segurança no trabalho, aos impostos e à burocracia. O resultado é que os habitantes desta região exploram de forma semi-clandestina os recursos naturais, o que os impede de colocar os produtos nos mercados locais (ex: aguardente de medronho, a produção de mel, queijo, ovos, hortícolas, frutas).

Assim, sentimos que deixou de haver espaço para o produtor-agricultor e apenas para o produtor-empresário. Não existindo confiança da parte dos envelhecidos proprietários imobiliários para alugar terra ou casas, aqueles que não têm capacidade de investimento e não tem a formação adequada para aproveitar as oportunidades existentes são deixados à margem do desenvolvimento.

Esta conjuntura parece indicar que o desenvolvimento económico desta região está dependente em grande parte do aparecimento de pessoas ou agentes económicos externos, que podem dinamizar economicamente a região, mas cujos princípios éticos individuais, não estando regulados por nenhuma entidade, podem promover o mau ou bom desenvolvimento, procurando ou não empregar mão de obra local e aproveitando os recursos naturais de forma insustentável ou sustentável.

A nós, pessoas e entidades preocupadas com o desenvolvimento regional sustentável, cabe-nos acompanhar este processo de desenvolvimento, tornando-nos agentes económicos éticos ou promovendo os investimentos de carácter sustentável, desmascarando os projectos que não vão de encontro aos objectivos de sustentabilidade que desejamos para o presente e para o futuro.